

Geopolítica como Luta de Classes: Marxismo Político, Relações Internacionais e Sociologia Histórica

Geopolitics as Class Struggle: Political Marxism, International Relations and Historical Sociology

PEDRO LUCAS DUTRA SALGADO¹

Resumo: Ao inserir a luta de classes no centro da análise histórica, o Marxismo Político propõe uma reinterpretação da disciplina de Relações Internacionais que pode ser entendida em três passos. O primeiro é uma visão histórica da formação do sistema de estados moderno, a partir de transformações da geopolítica feudal após a origem do capitalismo. O segundo, uma metodologia historicista que parte da forma como a operação de tal sistema pode ser entendida através dos conflitos entre classes com suas respectivas estratégias de espacialização. Por fim, resta justificar a centralidade da ideia de “luta de classe”, bem como da própria noção de “classe” enquanto categoria analítica, através do retorno à obra de Marx, resgatando a forma como a noção sociológica de agência é antecipada em sua filosofia da práxis. Assim, reinscrevendo a distinção entre “global” e “(inter)nacional” nas relações sociais que lhe dão origem, a disciplina de Relações Internacionais assume a forma de Sociologia Histórica.

Palavras-chave: Relações Internacionais, Marxismo, Geopolítica.

Abstract: By bringing class struggle into the core of historical analysis, Political Marxism suggests a reinterpretation of International Relations that can be understood in three steps. Firstly, a historical account of the rise of the modern states-system through the transformations in feudal geopolitics after the rise of capitalism. Secondly, the development of a radically historicist methodology that explains this system's operation through the conflict between classes and their respective spatialization strategies. At last, the justification for having class struggle at the core of the analysis, and of "class" as an analytical unit, comes from a return to Marx's work to see how he grounds the sociological notion of agency in his philosophy of praxis. Therefore, by reviving the distinction between "global" and "(inter)national" in the social relations that give birth to this very distinction, the discipline of International Relations assumes the form of Historical Sociology.

Keywords: International Relations, Marxism, Geopolitics.

Recebido em:
24 de Abril de 2017

Received on:
April 24, 2017

Aceito em:
07 de Agosto de 2017

Accepted on:
August 07, 2017

DOI: 10.12957/rmi.2016.28437

¹Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Sussex. **Endereço para correspondência:** University of Sussex, Falmer, Arts Road, Arts C, Office C223, Brighton, BN1 9QZ, United Kingdom. **E-mail:** P.Dutra-Salgado@sussex.ac.uk

Introdução

Este artigo rearticula a contribuição do Marxismo (em especial, da tradição conhecida como Marxismo Político²) para as Relações Internacionais (RI) através da retomada da ideia de geopolítica. O conceito é resignificado para se referir à produção social do espaço no âmbito da luta de classes, incluindo (e ultrapassando) a sua mediação através de estados³ na formulação de política externa⁴. O argumento consiste em defender que tal redefinição requer um exercício de “historicismo radical” (Teschke, 2014, pp. 41-5, 2005, p. 7; Teschke e Cemgil, 2014, p. 615), e um aparato teórico de sociologia histórica que se baseie na classe como unidade analítica. Para tanto, faz-se necessário um retorno à filosofia da *praxis* em Marx.

² A tradição do Marxismo Político tem origem na obra de Robert Brenner (1977, 1985a, 1985b) e Ellen Wood (1991, 1995, 2002). Sua aplicação nas Relações Internacionais se dá através de Benno Teschke (1998, 2002, 2009) e Hannes Lacher (2003, 2006). Dentre seus críticos, encontra-se James Blaut (2000), Neil Davidson (2012) e Alex Anievas e Kerem Nisancioglu (2015).

³ A grafia de todas as categorias de análise (estado, classe, agência, estrutura, território, etc.) em letra minúscula se dá por opção do autor, a partir do entendimento de que diferenciar o “Estado” através da inicial maiúscula é parte do “estadocentrismo” que se busca criticar neste artigo.

⁴ Até na mais recente literatura de geografia política crítica (Agnew, 2003), o termo “geopolítica” ainda é reservado à visão do mundo decorrente das disputas por poder entre “grandes potências”.

O argumento se divide em três passos. Primeiramente, identifica-se o papel da ideia de “geopolítica” no Marxismo Político, e sua evolução no campo de RI. Em seguida, o argumento se volta para o uso da noção de “estratégias de espacialização” como o aparato teórico que estabelece o vínculo entre estratégias de reprodução social (mutuamente contestadas no âmbito da luta de classes) e a construção social de espaços e formas territoriais. Por fim, o argumento se volta para a definição de classe, estabelecendo as raízes da noção historicista de “classe como processo” na própria filosofia da *praxis*, e, desta forma, consolidando “classe” como a unidade analítica da sociologia histórica.

O propósito deste artigo é questionar e expandir as limitações analíticas impostas ao campo das Relações Internacionais pelo “estadocentrismo” que tradicionalmente domina a disciplina. O uso de “estadocentrismo” refere-se à ideia de que estados são inerentemente a unidade analítica da política internacional (Carr, 2016; Morgenthau, 1948; Bull, 1977), ou mesmo à noção de uma “analogia doméstica” na qual a política internacional é perfeitamente comparável à política doméstica, com os estados sendo comparados a indivíduos (Jonsson, 2013; Hoffmann, 1995,

Suganami, 1989). Em ambos os casos, trata-se da premissa de que existe uma separação completa entre as esferas doméstica e internacional (sejam elas comparáveis ou não), com a figura do estado servindo como o ponto em comum entre ambas.

Tal premissa já vem sendo problematizada no âmbito da disciplina de RI através do argumento construtivista, segundo o qual o histórico de interações se torna crucial para entender a formação de identidades dos estados em um processo co-constitutivo (Campbell, 1992; Wendt, 1999). No entanto, mesmo nesta tradição, os sujeitos da política internacional são estados. É ao redor deles que se constroem identidades e a própria ordem internacional, em separação do âmbito doméstico. O “estadocentrismo” continua sendo parte integral das RI sob a ótica construtivista. O conceito de soberania não é questionado, mas mantido como uma constante trans-histórica em torno da qual a política internacional se organiza em autoridades territoriais mutuamente excludentes.

O Marxismo Político traz em si a proposta de um historicismo radical que permite resgatar as raízes da noção de soberania, através de um estudo geopolítico da crise feudal e do

surgimento dos estados modernos (Lacher, 2003; Teschke, 2009). Trata-se aqui não apenas de apresentar tal argumento, mas também de traçar algumas de suas consequências para a identidade das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica. Se pensarmos estados em suas determinações sociais, e as disputas em torno de sua construção (e operação) já como formas de disputas geopolíticas, resulta que a geopolítica antecede a unidade política do estado. O resultado é a substituição da unidade analítica institucional (o estado) pela unidade analítica sociológica que a constitui (no caso, classe), e a resultante ressignificação da disciplina de RI como uma Sociologia Histórica Internacional.

Para tanto, este artigo apresenta três passos fundamentais. Primeiramente, cumpre detalhar como a noção de “geopolítica” evolui ao longo do Marxismo Político, com a obra de Benno Teschke (1998, 2009) servindo como um marco importante. Em segundo lugar, de forma paralela ao argumento histórico e sociológico fornecido por Teschke, encontramos em Hannes Lacher uma elaboração teórica mais precisa da ruptura entre o “doméstico” e o “internacional”, através da noção de “estratégias de espacialização” (Lacher, 2003). Por fim, cabe interrogar qual exatamente é a

noção de “classe” que informa o pensamento de Teschke e Lacher através de um retorno à discussão sobre filosofia da *praxis*, na qual Ellen Wood (1995) apresenta uma contribuição crucial.

Geopolítica e Luta de Classes

Pode-se perceber um argumento sobre geopolítica no cerne da tradição do Marxismo Político desde sua origem no chamado “primeiro debate Brenner”⁵. A originalidade do argumento apresentado pelo historiador econômico Robert Brenner em seus artigos nos anos 80 girava em torno de uma reinterpretação do capitalismo a partir de relações concretas de propriedade – ou seja, a maneira em que uma parte da produção é subtraída dos produtores por outra classe (Brenner, 1985a, p. 11). De acordo com o argumento apresentado por Brenner, a ascensão do capitalismo se baseia numa separação entre a definição e a aplicação concreta dos direitos de propriedade no campo

“político” e o uso de tais direitos no campo “econômico” (Brenner, 1985b, p. 299). Sendo assim, segue-se não apenas um dado equilíbrio de forças de classe, mas uma estrutura política particular que legitima uma definição específica de direitos de propriedade. A forma como tais relações de propriedade estão imbricadas em estruturas políticas e suas respectivas formas de territorialidade (estabelecendo uma conexão com a ideia de “geopolítica”) só seria elaborada posteriormente, principalmente na obra de Ellen Wood (2002, 1995, 1991). O pensamento de Wood a esse respeito, contudo, ainda demonstra tensões entre o estruturalismo marxista clássico e o potencial historicista do argumento proposto. Tal tensão é justamente o foco do engajamento com tal argumento no campo das Relações Internacionais (Teschke, 2009; Lacher 2006).

Enquanto a primeira geração de Marxistas Políticos (i.e., Brenner e Wood) identificaram na luta de classes as raízes da geopolítica, esta última categoria não foi desenvolvida além do seu significado tradicional: uma esfera particular da realidade social demarcada pelos padrões de conflitos e alianças entre grandes potências (e outros atores secundários) dentro de um sistema de estados. Isso é resultado direto do papel secundário dedicado à geopolítica no

⁵ O “primeiro debate Brenner” se dá em torno da crítica apresentada pelo historiador à literatura que trata da crise feudal e da origem do capitalismo na Europa. Seu artigo original (Brenner, 1985a) suscitou uma série de respostas que foram posteriormente respondidas por Brenner (1985b). É nesse debate que se passa a caracterizar a posição de Brenner como “Marxismo Político”, como crítica ao determinismo econômico. No entanto, cabe ressaltar que Brenner rejeita a alcunha, só abraçada posteriormente por Wood (1995).

aparato teórico proposto por eles: ela aparece apenas como um reflexo de relações sociais de propriedade, a ponto de se estabelecer uma tipologia entre diferentes tipos de ordem social e suas respectivas “formas imperiais” (Wood, 2003) ou “sistemas geopolíticos” (Rosenberg, 1994). A alternativa proposta neste artigo é a redefinição de “Geopolítica” não mais como um resultado de relações sociais mediadas por estruturas políticas, mas como parte integral do próprio processo de estabelecimento e reafirmação de tais estruturas, entendido através dos embates entre diferentes práticas concretas de reprodução social.

Tal redefinição pode ser encontrada – ainda que não plenamente elaborada – nas obras dos pioneiros do Marxismo Político na disciplina de RI. Benno Teschke (2009, 2002, 1998), por exemplo, ao formular seu argumento teórico, deixa claro que não cumpre estabelecer uma divisão entre padrões de relações de classe em um primeiro momento, para depois traçar uma conexão entre tais padrões e suas respectivas formas de relações internacionais. Ao contrário, ele escreve no sentido de encontrar as raízes de relações geopolíticas diretamente em “estratégias de reprodução de classe, tanto dentro de unidades políticas quanto entre elas” (Teschke 2009, p.

47). Visando explicar como a realidade social europeia veio a se dividir entre cenas “domésticas” e “internacionais” (bem como entre “estado” e “mercado”), ele traça o processo formação da multiplicidade de entidades territoriais soberanas desde o fim do Império Carolíngio, até o final da Guerra Civil Inglesa. O fio condutor da narrativa é composto justamente pelos resultados das disputas entre classes dominantes que moldam as diferentes trajetórias de formação dos estados europeus (Teschke 2009, pp. 73-4, 109-111).

Desta forma, é possível desalojar o estado da tradicional posição privilegiada como unidade de análise geopolítica. Uma vez que sua própria existência em multiplicidade é entendida como resultado um processo histórico, o objetivo passa a ser encontrar uma teoria de mudança socio-histórica que estabeleça uma conexão entre relações sociais de propriedade e seu componente (não reflexo) geopolítico. Teschke o faz ao analisar a variação nas formas em que autoridade territorial é constituída (refinando o vínculo histórico entre relações sociais de propriedade e soberania territorial) e as maneiras em que atores sociais lidam com tais autoridades na disputa entre suas estratégias de reprodução. Ao apresentar o debate entre agência e

estrutura nestes termos, ele se torna não apenas inscrito em especificidade histórica, mas também traduz a relação intrínseca entre, de um lado, questões políticas e militares, e do outro as estratégias de reprodução particulares de cada classe (Teschke 2009, p. 272).

A contextualização de agências e a compreensão genealógica de sujeitos históricos são as bases da defesa da especificidade histórica em oposição a teorias explicatórias ultra-abrangentes, através da noção de historicismo radical (Teschke 2014, pp. 41-5; 2005, p. 7; Teschke e Cemgil 2014, p. 615). A “compreensão genealógica de sujeitos históricos” é elemento essencial do argumento Marxista-Político (Wood 1995, pp. 76-108) e será discutida adiante. A inscrição do radicalismo historicista do Marxismo Político no debate entre agência e estrutura, contudo, encontra fundamento importante na obra de Teschke, através da rejeição de um “meio-termo” e da defesa de uma perspectiva radicalmente voltada para a agência de sujeitos concretos como o aparato teórico que firma a história como elemento central da atividade teórica:

“A teoria das relações sociais de propriedade não apenas explica a conduta geopolítica, mas também teoriza a constituição e transformação de ordens geopolíticas (...). Mas é revelador que tais transformações sistêmicas estejam

sempre ligadas a conflitos sociais profundos que reorganizam tanto as relações de dominação e exploração quanto as relações entre o interno e o externo – o doméstico e o internacional. A relação entre agência e estrutura não é um ciclo repetitivo e recursivo no qual a estrutura determina a agência e a agência reordena a estrutura. (...) Fica claro também que tais transformações não seguem uma sucessão esquemática, mas são altamente desiguais: socialmente, geograficamente, e cronologicamente. Elas não seguem um *telos* transcendental, mas são compreensíveis retrospectivamente. A história não é apenas dinâmica, é também cumulativa. Traços do passado precisam ser acomodados em um presente reorganizado. O antigo e o novo se fundem de formas imprevistas. Estrutura e agência, necessidade e liberdade, se combinam de formas diferentes, tanto domesticamente quanto internacionalmente. Este mundo é feito por nós, mas o ato de fazê-lo não é o agregado de ações voluntárias e intencionais, nem o resultado de mecanismos impessoais de emergência estrutural. Não se trata de um processo de estruturação, mas de desenvolvimento dialético.” (Teschke 2009, p. 273)

Então, por um lado, Ellen Wood detalha o argumento de Brenner através de um estudo comparativo dos processos de formação do estado na França e na Inglaterra, ainda que tais processos apareçam como resultados de padrões pre-existentes de estruturas de classe domésticas (Wood 1991, pp. 21-43). Portanto, em sua obra (e na de Brenner), geopolítica aparece apenas como um resultado – um momento posterior, não constitutivo – da luta de classe que

inclusive assume a existência prévia de fronteiras nacionais⁶. Por outro lado, Teschke dá um passo atrás, e explica precisamente o que Brenner, Wood, e grande parte da literatura de RI tem como pressuposto: a relação entre “o internacional” e um período histórico específico em que a noção moderna de soberania foi forjada como resultado de lutas de classe verticais e horizontais.

Nesse sentido, torna-se crucial estabelecer a diferença entre as práticas de afirmação de uma noção moderna de soberania através do capitalismo britânico a partir do final do século XVII e de suas contrapartes pré-modernas mantidas por regimes absolutistas na Europa continental. A soberania absolutista é tida como pré-moderna justamente por se manter no âmbito das práticas feudais de “acumulação geopolítica”. Uma vez que as relações sociais de propriedade que constituem o feudalismo são baseadas na coerção direta da classe

trabalhadora⁷, as estratégias de acumulação mais frequentes entre a classe senhorial envolvem justamente a expansão do território sob sua jurisdição⁸ (Teschke 2009, pp. 95-115, 220-1). Na Grã-Bretanha (mais especificamente, na Inglaterra), por outro lado, a transição para o capitalismo se deu com o surgimento de uma nova classe dominante, cujas disputas com uma aristocracia absolutista pré-moderna são o cerne da agitação política doméstica durante o século XVII. A transição para o capitalismo, a transformação que ela implica no **estado** britânico e em suas práticas de política externa, e a inserção de tais processos em seu contexto histórico e geopolítico não podem ser entendidos isoladamente. Ao invés de assumir que a origem do capitalismo implica automaticamente a transição para definições de soberania ou modos de geopolítica tipicamente capitalistas, Teschke inscreve tais transições em seus processos históricos, contestadas e resistidas por outras classes dominantes tanto na própria Inglaterra quanto na Europa como um todo. A noção de

⁶ Ainda que não esteja contida dentro de tais fronteiras. Não se trata aqui de dar eco à crítica de internalismo, ou “nacionalismo metodológico” normalmente direcionada a Wood e Brenner (Anievas e Nisancioglu, 2015; Blaut, 2000; Davidson, 2012). Diferente de tal crítica, não estou afirmando que essa primeira geração de Marxistas Políticos desconsidera fatores “externos”. Ao contrário, o ponto aqui é precisamente que a realidade social já se apresenta com uma divisão entre “interno” e “externo” dada, e não problematizada.

⁷ Para uma exposição detalhada do argumento Marxista-Político sobre a separação entre o político e o econômico, ver a obra de Ellen Wood (2002, 1995).

⁸ O que não significa que não há inovação produtiva sob o feudalismo, ou que níveis de produtividade sejam constantes. Vide Brenner (1985a).

soberania e as estruturas políticas internacionais como as conhecemos hoje só podem ser entendidas através de suas origens na disputa entre as práticas geopolíticas de diferentes classes dominantes, cujas estratégias de reprodução ensejavam diferentes formas de autoridade territorial (Teschke 2009, pp. 252-3).

Em suma, ao reinterpretar a noção de geopolítica de forma que a luta de classe se torna seu centro analítico, o Marxismo Político fornece uma importante contribuição à Teoria de RI que consiste em traçar as origens sociológicas da concepção moderna de “internacional”. Em outras palavras, a multiplicidade de unidades políticas só pode ser entendida através de sua particularidade, e não como abstração transhistórica (Bull, 1977; Morgenthau, 1948; Rosenberg, 2013, 2006). Pelo mesmo motivo, tal argumento evita os rótulos de “reducionismo” ou “internalismo” teórico, nos quais o “internacional” é explicado através do “doméstico” (Waltz, 1979), uma vez que se trata justamente de reinterpretar tal separação como objeto de análise histórica. A teoria de relações sociais de propriedade fornece uma metodologia para sociologia histórica internacional centrada em agência e especificidade histórica, que se aplica não apenas para

a origem do sistema de estados moderno:

“As implicações da teoria de relações sociais de propriedade para a disciplina de RI se estendem para além da Idade Média. É aplicável a todas as ordens geopolíticas, sejam elas tribais, feudais, absolutistas, ou capitalistas. Em cada caso, uma dada forma de relações de propriedade gera relações específicas de autoridade geopolítica que governa e impõe limites à racionalidade entre agentes. Minha aspiração não se limita apenas a estabelecer a correspondência entre relações de propriedade e sistemas internacionais, mas inclui a descrição das dinâmicas de tais sistemas baseadas em estratégias de reprodução de classes, tanto dentro de unidades políticas quanto entre elas. Relações de propriedade explicam estruturas institucionais, condicionando as relações conflituosas de de apropriação que explicam mudanças históricas. (...) Portanto, eu proponho um ponto de partida para uma teoria de transformação geopolítica em larga escala.” (Teschke 2009, p. 47)

“Estratégias de Espacialização”: Classe e Geopolítica

Neste ponto, a teoria de relações sociais de propriedade encontra um dilema de geografia política. Se o argumento consiste em entender geopolítica através da luta de classes, como exatamente entender a especificidade da geopolítica? Em outras palavras, como noções de espacialidade são produzidas através da contestação de estratégias de reprodução de classes?

Tais questões são desenvolvidas em maior detalhe por Hannes Lacher (2006, 2003) em sua crítica da Teoria da Globalização e do “estadocentrismo” a partir da perspectiva do Marxismo Político⁹. Com o objetivo de articular as formas de territorialidade que surgem a partir da forma moderna de soberania nacional e dos mercados capitalistas globais, Lacher parte de uma tradição da geografia política segundo a qual

“Relações sociais, que são abstrações concretas, não têm existência real senão inseridas no espaço e exercidas através dele. *Seu substrato é espacial*. Em cada caso particular, a conexão entre este substrato e as relações que ele suporta exigem uma análise. Tal análise deve implicar e explicar a origem e constituir a crítica das instituições, substituições, transposições, metaforizações, anaforizações, e assim por diante, que transformam o espaço sob consideração. (Lefebvre 1991, p. 404, itálico no original)

As formas territoriais encontradas sob o capitalismo não serão simplesmente “globais”, sendo contrapostas com formas não-capitalistas “locais” ou “nacionais”. Ao contrário, o que resulta da experiência concreta do capitalismo é uma articulação historicamente específica entre “global” e “local” (e

“regional”, “nacional”, dentre outros) em uma teia de múltiplas camadas de formas particulares de acumulação e organização territorial (Brenner, 1997).

Lacher busca nessa literatura uma contribuição essencial para a teoria geopolítica de relações sociais de propriedade, proposta pela tradição do Marxismo Político. Ele contrasta a ideia de que o capitalismo apresenta uma tendência inerentemente “global” que se apresenta como uma ordem “pós-Westfaliana” destinada a tornar estados nacionais e suas formas limitadas de territorialidade obsoletas. Ao contrário, se entendermos a modernidade capitalista como um resultado específico de uma dialética entre “(inter)nacional” e “global”, a particularidade de cada momento histórico pode ser descrita em termos de como exatamente tal tensão se resolve concretamente (Lacher 2003, p. 534). Uma vez que tendências “globais” e “nacionais” não podem ser abstraídas como constantes históricas, devem ser entendidas a partir das particularidades em que aparecem em cada contexto. Ou ainda, de acordo com Lacher, a partir das “estratégias de espacialização” de atores particulares:

“(…) é necessario ir além da dicotomia entre ‘nacional/internacional e global’ como se fossem estágios sucessivos da ordem social moderna. Ao contrário, é importante ter em vista as diferentes *estratégias de espacialização* de estados,

⁹ Teschke e Cemgil (2014) também tratam do problema do espaço em busca de uma concepção não-derivada de “política externa”. Contudo, a reformulação da noção de geopolítica como produção do espaço através de relações sociais é levada mais adiante por Lacher.

classes e empresas, que estruturam momentos históricos sucessivos. Tais estratégias de espacialização podem ser entendidas como maneiras diferentes de lidar com os problemas e as tensões fundamentais que a não-coincidência entre a autoridade territorial do estado capitalista e da economia mundial apresenta aos atores, sejam eles políticos ou econômicos. O foco das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional deve ser a *dialética* entre nacionalização e globalização, entre as condições teorritorializadas e não-territorializadas da reprodução e expansão das relações do capital.” (Lacher 2006, p. 121, *italico no original*)

Essa categoria de “estratégias de espacialização” apresentada por Lacher é de suma importância, uma vez que ela ressalta exatamente que as estratégias de reprodução de classes sempre trazem em seu cerne formas particulares de territorialidade através de uma variedade de práticas, como definições de propriedade, ou ideias a respeito de como autoridade política é (ou deve ser) constituída. Ao falar sobre estratégias de espacialização, estamos trazendo a produção social do espaço como uma questão central da luta de classe, estabelecendo a conexão entre luta de classe e geopolítica, seja de forma direta, ou mediada através de instituições (como estados, ou outras formas de autoridade territorial). Uma das principais contribuições teóricas deste artigo consiste em demonstrar o papel analítico fundamental da relação entre estratégias de espacialização e

estratégias de reprodução de classe para a ressignificação da “geopolítica”. Sem isso, a concepção sociológica de geopolítica poderia facilmente se resumir a uma derivação funcionalista de uma definição limitada de luta de classe. Contudo, como Lacher se refere expressamente a estratégias de espacialização de “estados, classes e empresas”, um último passo faz-se necessário: o refinamento da concepção de agência empregada pela tradição do Marxismo Político de forma a consolidar “classe” como a unidade analítica de análise histórica, em distinção das formas de mediação política através das quais tal agência é exercida.

Classe e Agência na Filosofia da Praxis

Sabe-se que a chamada “inversão” da dialética hegeliana por Marx consiste, em suma, da substituição de uma abstração universal como a responsável pelo movimento da história por sujeitos concretos, reais e ativos (Bernstein 1971, p. 38). Ao invés de ter o *Geist* como o sujeito transcendental da história a origem da agência, a noção de *Praxis* se torna o elemento central da representação de formas de atividade humana inscritas em sua particularidade histórica. Entretanto, é importante observar que Marx não é o primeiro

proponente dessa inversão de Hegel, uma vez que a noção Feuerbachiana de *Gattungswesen* se propõe ao mesmo fim. Como Marx (1969 [1888]) ressalta, a crítica Feuerbachiana de Hegel não é suficiente, pois mantém a noção de “essência humana” como uma abstração universal incapaz de capturar a especificidade histórica de formas de atividade que condicionam manifestações concretas da existência humana. Pode-se dizer que, para Feuerbach, assim como para Hegel, “consciência” ainda aparece como “consciência humana em geral”. Marx, ao contrário, aponta que “consciência deve ser entendida como ‘atividade sensível humana, *praxis*’. (...) Portanto, as formas que a ‘consciência’ assume na sociedade devem ser entendidas no contextos das formas sociais da *praxis*.” (Bernstein 1971, p. 43).

Por conseguinte, se há várias formas sociais de *praxis*, existem também múltiplas formas de consciência, todas elas sendo produtos de formas particulares de “atividade sensível humana”. Neste sentido, chegamos a um entendimento de *praxis* como atividade humana, ou seja, a atividade que não apenas caracteriza a “espécie humana” (como em Feuerbach), mas que também diferencia as várias formas concretas nas quais sujeitos históricos se apresentam. A cada forma concreta de

praxis corresponde uma forma concreta de sujeito. O ser humano é um produto da sua própria atividade¹⁰ (Bernstein 1971, pp. 44-50).

A própria noção de “sujeito histórico” traz em si a necessidade de abarcar a variedade de formas sociais que decorre da multiplicidade de experiências históricas. De acordo com Feenberg (2014, p. 7, 49, 108), o principal aspecto da filosofia da *praxis* é a ideia de que a história tem relevância ontológica. Ou seja, sujeitos históricos devem ser entendidos através das formas particulares de *praxis* através das quais eles se relacionam com a natureza e com outros sujeitos históricos. Na crítica de Feuerbach, fica claro que Marx recusa a noção de “ser genérico” (*Gattungswesen*), propondo uma noção de sujeito histórico concreto definido por uma forma específica de *praxis*. A palavra usada por Marx para se referir a tal noção de sujeito histórico definida pela “atividade humana sensível” (*praxis*) que media sua relação com a natureza e com a sociedade, é *classe*.

¹⁰ Portanto, *praxis* pode ser considerada como uma formulação precoce da noção de “trabalho” (Marx 1976, pp. 283-5). Desta forma, não há ruptura entre a filosofia da *praxis* em um primeiro momento da obra de Marx e a crítica da economia política em um momento posterior. A conexão entre ambos é demonstrada nos manuscritos de 1844 e também foi teorizada por Gyorgy Lukacs (Feenberg 2014, p. 33, 71; Gomes, 2016; Lukacs, 1978, 1975)

“Quando Marx critica esse conceito [de “ser genérico” (*Gattungswesen*)] na sexta tese sobre Feuerbach e diz que a essência humana está “na realidade, no conjunto das relações sociais”, ele está antecipando seu conceito de classe como a *categoria social apropriada para a compreensão do que é humano* (...)”

Quando Marx escreveu *O Capital*, o abandono do “ser genérico” e sua substituição pelo conceito de “classe” já é bastante explícito.” (Bernstein 1971, pp. 68-9, itálico meu)

As origens do uso de “classe” por Marx em sua crítica ao *Geist* de Hegel e ao *Gattungswesen* de Feuerbach baseada na necessidade de se perceber o ser humano como um sujeito histórico moldado uma uma forma concreta de *praxis* (entendida como a “atividade humana sensível” de (re)produção de sua existência). Tal discussão já evidencia o papel fundamental das categorias de “classe” e “praxis” como os aparatos teóricos ao redor dos quais a agência é teorizada em Marx. Sendo assim, o debate mais recente entre a noção de “classe como estrutura” e “classe como processo” (Wood, 1995) é vista sob uma nova luz.

A crítica do Marxismo estrutural oferecida por Wood culmina numa discussão sobre os diferentes usos de “classe”. De um lado, ela menciona uma definição do termo compartilhada por alguns marxistas e por uma parte da sociologia clássica. Nesta primeira definição, “classe” é tida como uma

estrutura, diretamente derivada de critérios “econômicos” como a propriedade ou não dos meios de produção. Assim sendo, “classe” se torna uma posição social, constituindo, nas palavras de Wood (1995, p. 76), “um modelo geológico”. Ou seja, uma noção reificada e estática, deduzida a partir da “lógica” de um dado conjunto de relações de produção que pode ou não ter o papel de ator histórico (de acordo com sua consciência ou não de sua condição de classe – a distinção entre “classe em si” e “classe para si”). Por outro lado, ela identifica na obra de E. P. Thompson (e a partir dela) uma noção de “classe” que privilegia o processo histórico de formação de classe que vem da experiência em comum das relações sociais de (re)produção. De acordo com ela, esta segunda definição é “distintamente marxista” (Wood 1995, p. 78) precisamente por ressaltar a importância de se entender como sujeitos históricos são formados *através* da luta de classe:

“(…) determinações objetivas não se impõe sobre material em branco, passivo, e puro, mas em seres *históricos*, ativos e conscientes. Formações de classe surgem e se desenvolvem ‘ao passo que homens e mulheres *vivem* suas relações produtivas e *experenciam* suas situações determinadas, dentro do “conjunto das relações sociais”, tendo herdado sua cultura e suas expectativas, e lidando com essas experiências de acordo com tais heranças’. (...) O ponto crucial é que o principal fardo de uma teoria Marxista

de classe deve tratar menos de identificar ‘lugares’ de classe e mais de explicar processos de formação de classe.” (Wood 1995, pp. 80-1, itálicos no original)

Em suma, para que a noção de “classe” possa ser utilizada como a unidade central de análises históricas, ela deve ser capaz de centrar em si a expressão de agência histórica. Para tanto, “classe” precisa ser entendida como um processo constante, delimitado pelas mesmas práticas sociais que criam suas condições de existência e reprodução enquanto tal. Ao contrário, se definirmos “classe” como estruturas sociais decorrentes de um modo de produção que podem ou não agir de acordo com um “papel histórico”, então todo o processo histórico é algo estranho, externo à classe – é algo no qual ela entra, e não parte de sua construção. Em outras palavras, nessa definição estruturalista, a concepção de classe como uma necessidade lógica do modo de produção se dá num primeiro momento, e só posteriormente a classe se torna parte de relações sociais e processos históricos. No argumento proposto por Wood, a noção de classe enquanto processo histórico ressalta as particularidades históricas nas quais práticas sociais de reprodução são formadas, através da experiência comum de relações de propriedade. Portanto, tal noção não apenas permite, mas requer uma concepção genealógica

dos sujeitos, de forma a capturar os processos através dos quais atores são forjados de uma maneira particular, em um contexto particular. Só então pode-se entender as limitações impostas aos atores ao fazerem sua própria história. A concepção de agência histórica na teoria marxista precisa estar centrada nesta concepção histórica do sujeito, e não em deduções lógicas ou abstrações estruturais. “Classe” só consegue satisfazer essa necessidade se concebida como uma relação social em constante construção, forjada pela história. A noção de “classe como processo” proposta por E. P. Thompson e Ellen Wood ressalta precisamente a conexão entre *praxis* e sujeitos históricos concretos.

Conclusão: RI e Sociologia Histórica

O presente artigo parte do problema do “estadocentrismo” que permeia o campo de RI, inclusive em sua concepção construtivista (Wendt, 1999; Campbell, 1992). Ao manter a condição privilegiada de estados como unidade de análise que se relacionam entre si e co-determinam suas identidades, deixando a esfera do “doméstico” como fonte de fatores analíticos *ad hoc*, a disciplina segue estando limitada à uma visão estreita da política internacional. A sugestão feita neste artigo é a de que a superação de tal limite passa pela

ruptura da dicotomia analítica entre “doméstico” e “internacional”, a partir de uma leitura historicista da formação do sistema de estados moderno.

Para tanto, foi sugerida a leitura de tal processo a partir da perspectiva do Marxismo Político, com a reformulação do conceito de “geopolítica” trazida por ela. Trata-se de uma crítica historicista a teorias explicativas estruturalistas (Marxistas ou não), ou seja, que mantêm o campo de RI limitado às estruturas de um sistema político composto de unidades territoriais soberanas. Ao contrário, cumpre-se privilegiar a agência dos atores políticos responsáveis pela criação, reprodução, e transformação de tais estruturas e unidades. Para tal, a sugestão encontrada no Marxismo Político é uma leitura historicista de classe enquanto processo, cujas disputas trazem necessariamente um componente territorial, portanto geopolítico.

Ao identificar geopolítica como a construção social do espaço através de estratégias de espacialização em conflito no âmbito da luta de classes, a disciplina de RI ganha uma unidade analítica sociológica por excelência, cuja caracterização depende necessariamente de contextualização histórica e geográfica. Como resultado, a disciplina é ancorada no campo das ciências sociais, mas não no sentido positivista de reivindicar para si uma noção reificada de “internacional” como um recorte específico da realidade social que lhe sirva de objeto. Trata-se de privilegiar a transdisciplinaridade através de uma noção da disciplina baseada enquanto Sociologia Histórica, ou seja, navegando entre a teoria social e a análise histórica de forma a identificar as diferentes formas de interação entre unidades políticas ao longo do tempo e do espaço.

Bibliografia

Agnew, J. (2003). *Geopolitics: re-visioning world politics*. 2ª ed. Nova Iorque: Routledge.

Anievas, A. e Nisancioglu, K. (2015). *How The West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. Londres: Pluto Press.

Bernstein, R. (1971). *Praxis and Action: Contemporary Philosophies of Human Activity*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

- Blaut, J. M. (2000). *Eight Euroentric Historians*. Londres: Guildford Press.
- Brenner, N. (1997). "Global, Fragmented, Hierarchical: Henri Lefebvre's Geographies of Globalization". *Public Culture*, 10 (1), pp. 135-167.
- Brenner, R. (1977). "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism". *New Left Review*, 104, pp. 25-92.
- Brenner, R. (1985a). "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe", in: T. H. Ashton e C. H. E. Philpin (eds.), *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 10-63
- Brenner, R. (1985b). "The Agrarian Roots of European Capitalism", in: T. H. Ashton e C. H. E. Philpin (eds.) *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 213-327
- Bull, H. (1977). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Londres: Macmillan.
- Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Carr, E.H. (2016). *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Kindle ed. Londres: Palgrave Macmillan.
- Davidson, N. (2012). *How Revolutionary Were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket Books.
- Feenberg, A. (2014). *The Philosophy of Praxis: Marx, Lukács and the Frankfurt School*. Londres: Verso.
- Gomes, R. (2016). *Teorias da Conduta: Antecedentes, Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Revan.
- Hoffmann, S. (1995). "The Crisis of Liberal Internationalism". *Foreign Policy*, 98, pp. 159-177.

Jönsson, C. (2013). “Classical Liberal Internationalism”, in: T. Weiss and R. Wilkinson (eds.) *International Organizations and Global Governance*. Nova Iorque: Routledge, pp. 105-117.

Lacher, H. (2003). “Putting the State in its Place: The Critique of State-Centrism and its Limits”. *Review of International Studies*, 28 (4), pp. 521-541.

Lacher, H. (2006). *Beyond Globalization: Capitalism, Territoriality and the International Relations of Modernity*. Londres: Routledge.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.

Lukács, G. (1975). *History and Class Consciousness: Studies in Marxist Dialectics*. Londres: Merlin Press.

Lukács, G. (1978). *The Ontology of Social Being. 2 – Marx*. Londres: Merlin Press.

Marx, K. (1969 [1888]). “Theses on Feuerbach“, in: *Marx/Engels Selected Works, Volume One*. Moscou: Progress Publishers, pp. 13-15.

Marx, K. (1976 [1867]). *Capital: A Critique of Political Economy – Volume I*. Londres: Penguin Books.

Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Rosenberg, J. (1994). *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*. Londres: Verso.

Rosenberg, J. (2006). “Why is There no International Historical Sociology?”. *European Journal of International Relations*, 12 (3), pp. 307-340.

Rosenberg, J. (2013) ‘The “Philosophical Premises” of Uneven and Combined Development’. *Review of International Studies*, 39 (3), pp. 569-597

Suganami, H. (1989). *The Domestic Analogy and World Order Proposals*. Cambridge: Cambridge University Press.

Teschke, B. (1998). “Geopolitical Relations in the European Middle Ages: History and Theory”. *International Organization*, 52 (2), pp. 325-358.

Teschke, B. (2002). "Theorizing the Westphalian System of States: International Relations from Absolutism to Capitalism". *European Journal of International Relations*, 8 (1), pp. 5-48.

Teschke, B. (2009). *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations*. 2ª ed., Londres: Verso.

Teschke, B. (2014). "IR Theory, Historical Materialism, and the False Promise of International Historical Sociology". *Spectrum: Journal of Global Studies*, 6 (1), pp. 1-66.

Teschke, B. e Cemgil, C. (2014). "The Dialectic of the Concrete: Reconsidering Dialectics for IR and Foreign Policy Analysis". *Globalizations*, 11 (5), pp. 605-625.

Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wood, E. M. (1991). *The Pristine Culture of Capitalism: A Historical Essay on Old Regimes and Modern States*. Londres: Verso.

Wood, E. M. (1995). *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wood, E. M. (2002). *The Origin of Capitalism: A Longer View*. Londres: Verso.

Wood, E. M. (2003). *The Empire of Capital*. Londres: Verso.